

**REQUERIMENTO Nº , DE 2020**  
**(Do Sr. Mário Heringer)**

*Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a inclusão de profissionais da educação escolar básica e outros trabalhadores que atuem em escolas da educação básica, servidores e trabalhadores que atuem em instituições de ensino superior, assim como as pessoas que coabitam com todos esses profissionais e trabalhadores, na quarta fase do plano preliminar de vacinação contra a Covid-19.*

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> seja remetida ao Ministro de Estado da Saúde a Indicação em anexo, sugerindo que a Pasta inclua profissionais da educação escolar básica e outros trabalhadores que atuem em escolas da educação básica, servidores e trabalhadores que atuem em instituições de ensino superior, assim como as pessoas que coabitam com todos esses profissionais e trabalhadores, na quarta fase do plano preliminar de vacinação contra a Covid-19.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2020.

  
Deputado **Mário Heringer**  
PDT/MG

Exmo. Sr.  
Deputado **RODRIGO MAIA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
NESTA

**INDICAÇÃO Nº      , DE 2020**  
**(Do Sr. Mário Heringer)**

*Sugere ao Ministério da Saúde a inclusão de profissionais da educação escolar básica e outros trabalhadores que atuem em escolas da educação básica, servidores e trabalhadores que atuem em instituições de ensino superior, assim como as pessoas que coabitam com todos esses profissionais e trabalhadores, na quarta fase do plano preliminar de vacinação contra a Covid-19.*

Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde,

O mundo já possui uma primeira vacina contra a Sars-Cov-2 aprovada para imunização em massa. Trata-se da vacina produzida pela empresa Pfizer em parceria com o laboratório BioNTech, aprovada em 02 de dezembro do ano corrente no Reino Unido, com início da imunização previsto para 08 de dezembro próximo/passado. Outras vacinas encontram-se na fase três de testes e em questão de dias estarão aptas a requerer registro junto às agências de controle sanitário nacionais, inclusive a Agência Nacional de Vigilância Sanitária brasileira, a ANVISA.

Apresentei a vossa Senhoria, em 23 de novembro do ano vigente, a Indicação de número 1143/2020, por meio da qual sugeria a organização, instalação e equipamento de centros de vacinação em massa contra a Sars-Cov-2, bem como treinamento e capacitação de profissionais de saúde para a aplicação de vacinas in loco nos próprios centros ou de modo deslocado em residências particulares, casas de repouso e outras instituições de longa permanência de pacientes vulneráveis pertencentes a grupos de risco.

Na presente oportunidade, venho sugerir a ampliação do grupo de contemplados na quarta fase do plano preliminar de vacinação contra a Covid-19, por meio da inclusão dos profissionais da educação escolar básica e outros

trabalhadores que atuem em escolas da educação básica, servidores e trabalhadores que atuem em instituições de ensino superior, assim como as pessoas que coabitam com todos esses profissionais e trabalhadores.

De acordo com o que foi recentemente informado à sociedade brasileira por vossa Senhoria, o Ministério da Saúde organizou um plano preliminar de vacinação contra a Covid-19 dividido em quatro fases. Segundo o referido plano, na quarta fase serão vacinados professores, forças de segurança e salvamento e funcionários do sistema prisional.

Ocorre que não são apenas os professores que se encontram frontalmente expostos a elevado risco de contaminação dentro das escolas. Todas as pessoas que trabalham em escolas da educação básica têm essa mesma exposição: diretores, coordenadores, supervisores, estagiários, merendeiras, seguranças, pessoal de limpeza etc. Todos aqueles que trabalham diretamente no ambiente escolar estão mais expostos ao vírus do que a população em geral, devendo ser vacinados prioritariamente, na fase quatro de imunização.

O mesmo se passa com docentes e outros trabalhadores atuantes em instituições de ensino superior, tais como integrantes do corpo técnico e trabalhadores em segurança e limpeza. Todas essas pessoas convivem diariamente com a massa de estudantes que frequentam as instituições de ensino superior e, assim, expõem-se cotidianamente ao vírus.

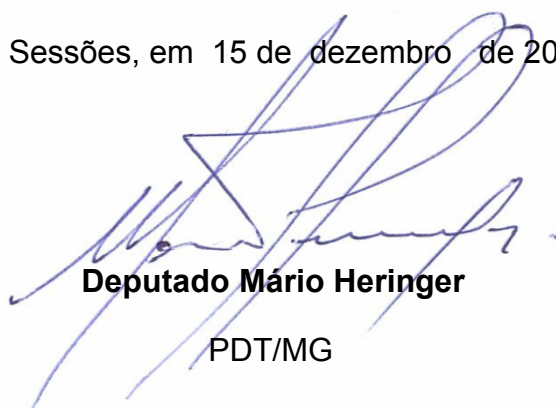
Por fim, há as pessoas que coabitam com todos os trabalhadores supracitados, as quais podem ser mais facilmente contaminadas por eles, espalhando o vírus ainda mais e de forma mais acelerada.

Passamos mais da metade do ano de 2020 com as escolas de educação básica e as instituições de ensino superior fechadas. Há pouco mais de um mês, uma parcela das escolas de educação básica iniciou um retorno gradativo às aulas, mas ainda de forma tímida, com limitação de alunos por turma e protocolos sanitários rígidos, que alteram substancialmente a dinâmica cotidiana das escolas. Um número bastante expressivo de escolas, sobretudo das redes públicas de ensino, ainda não retornou às atividades presenciais nem mesmo de forma limitada. As instituições de ensino superior seguem com as atividades suspensas.

Para que a educação brasileira retome a normalidade, com escolas e universidades funcionando plenamente para todos os estudantes e não apenas para uma parcela limitada deles é mister que todas as pessoas que trabalham de alguma forma junto a esses estudantes sejam prontamente imunizadas, de modo a reduzir o risco de contaminações em massa. De nada adianta imunizar o professor e deixar exposto ao vírus seu colega de trabalho, coordenador, diretor ou merendeiro. É preciso que o conjunto de trabalhadores em ambiente escolar, de educação básica ou superior, seja imunizado em uma mesma etapa para que a estratégia de vacinação tenha êxito.

Pelo exposto, peço a consideração de Vossa Excelência à presente Indicação.

Sala da Sessões, em 15 de dezembro de 2020.



**Deputado Mário Heringer**  
PDT/MG